



Av. Graça Aranha, 26
Edifício Barão de Mauá II
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-000

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2021

N.Ref. DGF.G.E.428.2021

S.Ref.

FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO
PREDIAL EIRELI - EPP
R SIZINA AZEVEDO SCHREPEL, 351 - SALA 30
BAIRRO: JARDIM PIRATININGA
CEP: 18.016-150 - SOROCABA - SP
CNPJ: 10.528.510/0001-90

Assunto: Atestado de Capacidade Técnica

1. Atestamos, para fins de cadastramento e licitação, junto aos Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Empresas Públicas e Autarquias, que a empresa supra, vem prestando até a presente data satisfatoriamente, para Furnas Centrais Elétricas S.A., CNPJ 23.274.194/0001-19, através do Instrumento Contratual nº **8000011015**, os serviços conforme abaixo:

1.1. Descrição: Contratação de serviços de recepção, para as unidades de Furnas localizadas no Estado de São Paulo e Paraná.

1.2. Prazos Contratuais:

1.2.1. Início e Término da Execução dos Serviços: 06/03/2020 a 06/03/2022;

1.2.2. Assinatura e Fim da Vigência do Contrato: 06/02/2020 a 06/04/2022;

- **do Apostilamento 1:** 28/06/2021 a 15/07/2021;
- **do Aditamento 2:** 16/07/2021 a 06/04/2022 **(em vigência)**;

1.3. Local de Execução: Mogi das Cruzes - SP, Campinas - SP, Ibiuna - SP, Manoel Ribas - PR;

1.4. Valor Total: R\$ 1.435.058,32 (Hum milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Atenciosamente,

LUIS DANIEL
KELNER:01681334747

Assinado de forma digital por LUIS
DANIEL KELNER:01681334747
Dados: 2021.12.30 17:49:42 -03'00'

Luís Daniel Kelner
Gerente
Departamento de Governança e Gestão de Fornecedores

Este documento é classificado como "Informação Pública", nos termos do Regulamento de Classificação da Informação das Empresas Eletrobras e da Lei nº 12.527/2011, sendo o

Gestor do órgão o responsável pela sua classificação, na presente data.

Objeto: Contratação de serviços de recepção, para as unidades de FURNAS localizadas no Estado de São Paulo e Paraná.

CONTRATADA: FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI

Valor: R\$ 1.374.099,84

Licitação: **PE.CSAQ.A.00133.2019**

Sumário

CLÁUSULA 1ª - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PEÇAS CONSTITUTIVAS DO CONTRATO

CLÁUSULA 2ª - OBJETO

CLÁUSULA 3ª - PREÇOS

CLÁUSULA 4ª - VALOR DO CONTRATO

CLÁUSULA 5ª - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

CLÁUSULA 6ª - GARANTIA CONTRATUAL

CLÁUSULA 7ª - EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 8ª - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIM. PARCIAL DO OBJETO

CLÁUSULA 9ª - CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 10ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA 11ª - OBRIGAÇÕES E RESPONSABIL. ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

CLÁUSULA 12ª - OBRIGAÇÕES DE FURNAS

CLÁUSULA 13ª - SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, DAÇÃO EM GARANTIA

CLÁUSULA 14ª - EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

CLÁUSULA 15ª - FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 16ª - RESCISÃO

CLÁUSULA 17ª - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA 18ª - PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA 19ª - ATOS LESIVOS A FURNAS

CLÁUSULA 20ª - TRIBUTOS

CLÁUSULA 21ª - DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CLÁUSULA 22ª - POLÍTICA DE CONFORMIDADE

CLÁUSULA 23ª - RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA 24ª - CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

CLÁUSULA 25ª - FORO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI, PARA serviços de recepção, para as unidades de FURNAS localizadas no Estado de São Paulo e Paraná, CONFORME CRITÉRIOS DEFINIDOS NESTE INSTRUMENTO.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede e Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, no. 219, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o no. 23.274.194/0001-19, neste ato denomina de FURNAS, e de outro lado, **FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI**, com sede na Rua Sizina Azevedo Scherepel, nº 351, Jardim Piratininga, na Cidade Sorocaba, estado SP, inscrita no mesmo Cadastro sob o no 10.528.510/0001-90, doravante simplesmente designada CONTRATADA, por meio de representante(s) legal (is) no final nomeado(s) e assinado(s), celebram o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PEÇAS CONSTITUTIVAS DO CONTRATO

1.1. O presente CONTRATO será regido pela Lei n.º 13.303/2016 e seu Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado internamente pela Diretoria Executiva da ELETROBRAS-DEE, por meio da Resolução n.º 611/2017, e pelo Conselho de Administração da. - CAE, por meio da Deliberação 208/2017, pela Lei n.º 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste CONTRATO.

1.2. A execução do presente CONTRATO será regida pelas cláusulas e condições aqui estipuladas e pelo disposto nos documentos a seguir relacionados, que são de pleno conhecimento das Partes e se constituem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

a) Edital Pregão Eletrônico n.º **PE.CSAQ.A.00133.2019**, seu(s) Anexo(s) e suas eventuais alterações;

b) Proposta da CONTRATADA datada de 09/12/2019 em tudo o que implícita ou explicitamente não conflite com as cláusulas deste CONTRATO;

c) Toda correspondência trocada entre FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. e a CONTRATADA, durante e após o processamento da Licitação, com as quais a FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A. haja concordado expressamente e por escrito.

§1º - Havendo contradição involuntária entre, de um lado, o CONTRATO, e de outro, as condições licitadas, configuradas pelo Edital e seus Anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, prevalecerão as condições licitadas, preservado o princípio da boa-fé objetiva.

CLÁUSULA 2ª - OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação, pela **CONTRATADA à CONTRATANTE**, de serviços de recepção, para as unidades de FURNAS localizadas no Estado de São Paulo e Paraná, conforme disposto no Edital de Licitação e seus anexos.

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	4/34

CLÁUSULA 3ª - PREÇOS

3.1. FURNAS pagará à CONTRATADA, pelos serviços objeto deste CONTRATO, os preços abaixo discriminados:

Tabela 1

SE Mogi das Cruzes				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		Hora Normal	Hora Extra 50%	Hora Extra 100%
1	Serviços de Recepção I	12,94	14,19	19,01
2	Serviços de Recepção II	19,08	22,84	30,54
3	Serviços de Recepção III	22,44	27,55	36,83

Tabela 2

SE Campinas				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		Hora Normal	Hora Extra 50%	Hora Extra 100%
1	Serviços de Recepção I	12,94	14,19	19,01
2	Serviços de Recepção II	19,08	22,84	30,54
3	Serviços de Recepção III	22,44	27,55	36,83

Tabela 3

SE Ibiúna				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário
1	Serviços de Recepção III	21,96	26,97	36,05

Tabela 4

SE Manoel Ribas				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário
1	Serviços de Recepção I	11,00	13,54	18,16

Tabela 5

SE Tijucu Preto (Mogi das Cruzes)				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário
1	Serviços de Recepção II	19,08	22,84	30,54

§1º - FURNAS não se obriga a efetuar pagamentos na totalidade estimada na CLÁUSULA 4ª - VALOR DO CONTRATO, pagando apenas o valor correspondente aos serviços comprovadamente executados e aceitos pela mesma.

§2º - Nos valores acima, estão contemplados todos os custos e despesas necessárias à perfeita e completa realização dos serviços em horários normal, em domingos e feriados, ou ainda, em situações de emergência, nos termos do presente CONTRATO, incluindo as seguintes verbas, mas a elas não se limitando: valor da folha de pagamento (considerando, no mínimo o piso salarial da categoria de acordo com o estabelecido na legislação específica ou no Acordo Coletivo da respectiva categoria profissional), encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, supervisão, transporte, alimentação, tributos, contribuições, despesas financeiras, operacionais e administrativas e remuneração pela execução dos serviços.


 Edvaldo Oliveira Campos
 Matr. 19240-1

 

§3º - Para o atendimento das necessidades técnicas de administração do Patrimônio de FURNAS e cumprimento das disposições legais concernentes à concessão de que é esta titular, obriga-se a CONTRATADA a, sempre que lhe for solicitado, apresentar a FURNAS informações adicionais sobre a composição dos preços unitários e/ou sobre formação dos custos dos serviços cobertos pela presente contratação.

CLÁUSULA 4ª - VALOR DO CONTRATO

4.1. Como contrapartida à execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de **R\$ 1.374.099,84 (Hum milhão, trezentos e setenta e quatro mil, noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, dividido em parcelas mensais, pelos serviços efetivamente executados em cada mês, sendo que o recurso financeiro destinado ao pagamento está definido no orçamento da CONTRATANTE, na Requisição de Compra 3000188954, conforme o seguinte quadro:

Categoria Econômica	Órgão	Centro de Custo	Item Financeiro
Custeio	GIC.E	F204050003	4121001001
	DFAS.E	2080603601	
	DSSP.A	5010500003	
	GRL.O	F404060732	
	CSS.A	F504040003	
	CSGC.A	F50400E003	
	CTRS.O	F401014717	
	GRQ.O	F404050732	
	DOIV.O	F404045735	
	DOTM.O	F404064735	

CLÁUSULA 5ª - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência será de 26 (vinte e seis) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

5.2. O prazo de execução será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da ordem de serviço, que será emitida, por FURNAS, em até 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato.

5.3. Os prazos previstos neste Contrato poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, de forma consensual, por meio de apostilamento, nos limites estabelecidos pela Lei 13.303/16 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobrás.

5.4. Nas eventuais prorrogações do contrato os custos não renováveis já pagos ou amortizados deverão ser eliminados como condição para a renovação. Os custos provisionados e não utilizados no decorrer do contrato, quando da prorrogação, serão excluídos.

5.5. O Gestor do Contrato deverá avaliar todos os custos que não foram utilizados e fazer a supressão. Caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional.

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	6/34

5.6. São eventos passíveis de eliminação total ou parcial, entre outros: Aviso Prévio Indenizado, Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado, Aviso Prévio Trabalhado e Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado.

CLÁUSULA 6ª – GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Para garantir o fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Instrumento Contratual, a CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da assinatura deste Instrumento, fará entrega, à CONTRATANTE, de uma das garantias abaixo discriminadas, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estabelecido neste Contrato (CLÁUSULA 4ª – VALOR DO CONTRATO):

a) caução em dinheiro, valor depositado pela CONTRATADA, no Banco Bradesco, Agência 2373-6, Conta Corrente n. 270400-5, em nome da CONTRATANTE. A cópia do recibo será entregue ao Gestor do Contrato;

b) fiança bancária, emitida por instituição bancária aceita por Furnas, consoante modelo por esta última estipulado;

c) seguro garantia, feito junto a empresas de seguros e/ou resseguros autorizada a operar no mercado brasileiro pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aceita pela CONTRATANTE, de acordo com modelo de apólice estabelecido pela Circular SUSEP nº 477/2013, de 30.09.2013.

c.1) Juntamente com a referida apólice, deverá ser apresentado documento comprobatório do ressegurador que declare a contratação do resseguro para a apólice entregue, assim como certidão de regularidade fiscal junto à SUSEP.

c.2) Neste caso, a CONTRATANTE poderá verificar periodicamente a condição de regularidade do seguro, durante todo o prazo contratual.

Nota: No caso de haver garantia substitutiva, por conta de insuficiência de habilitação financeira, o valor da garantia de cumprimento do CONTRATO deverá ser equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do CONTRATO.

6.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deve assegurar o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento ou do cumprimento irregular do objeto do presente Contrato;

b) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato; e

c) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

6.3. A Garantia terá validade durante a execução do Contrato e até 3 (três) meses após o término do prazo de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual.

6.4. O garantidor deve declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

6.5. O número do contrato garantido ou assegurado deve constar do instrumento de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor ou segurador.

6.6. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA até que seja aceita, pela CONTRATANTE, a Garantia de que trata o Item 6.1 desta cláusula.

6.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

6.8. O atraso na apresentação da garantia superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a:

a) promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações; ou

b) reter o valor da garantia dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA até que a garantia seja apresentada.

b.1) O bloqueio efetuado com base na alínea "b" acima não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

b.2) A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base na alínea "b.1" acima por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia pode ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

6.9. A Garantia referida nesta cláusula terá seu valor atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração nos preços contratados, de tal modo que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste CONTRATO, devendo a CONTRATADA providenciar, às suas expensas, a respectiva atualização da Garantia, sob pena de incorrer em inadimplemento contratual e sofrer retenção dos pagamentos eventualmente devidos ao contratado até que a garantia seja apresentada.

6.10. Caso ocorra o vencimento da Garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá providenciar, as suas custas, a respectiva renovação, sob pena de incorrer em inadimplemento contratual e sofrer retenção dos pagamentos eventualmente devidos.

6.11. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para assegurar o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA, ou de seu preposto, durante a execução do contrato;

c) as multas punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	8/34

6.12. No caso de execução da Garantia, em decorrência do disposto no Item anterior, a CONTRATADA se obriga a complementá-la às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do aviso escrito da CONTRATANTE.

6.13. A garantia prestada deve ser liberada ou restituída ao término do Contrato, observado o disposto em 6.3; quando em dinheiro, deve ser atualizada monetariamente em conformidade com a legislação em vigor, utilizando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor - Ampliado (IPCA), calculado pelo IBGE.

6.14. A execução completa do Contrato só ocorre quando for comprovado o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

6.15. A critério da CONTRATANTE, da garantia podem ser descontadas multas contratuais que venham a ser aplicadas, bem como o valor de prejuízos que lhe sejam causados, inclusive decorrentes de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela CONTRATADA.

6.16. Da garantia também podem ser descontados os pagamentos de obrigações para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

6.17. A garantia prevista nesta Cláusula somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

6.17.1. A CONTRATANTE pode ainda, utilizar a garantia prestada para efetuar o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

Isenção de responsabilidade da garantia:

6.18. A CONTRATANTE não deve executar a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

6.18.1. caso fortuito ou força maior;

6.18.2. alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

6.18.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

6.18.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

6.19. Cabe à própria CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 6.18.1 e 6.18.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela administração.

6.20. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA 7ª - EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. O CONTRATO deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n.º 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos de FURNAS, neste instrumento denominado "Regulamento", respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente a Furnas ou a terceiros em razão da execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por FURNAS.

7.3. A fiscalização da execução do presente CONTRATO deve ser realizada por fiscal técnico e fiscal administrativo, formalmente designados pelo Gestor do Contrato de FURNAS, e consiste na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte do CONTRATADO, com a alocação dos recursos, pessoal qualificado, técnicas e materiais necessários.

7.4. A gestão do presente CONTRATO deve ser realizada pela unidade de gestão de contrato de FURNAS, liderada pelo Gestor do Contrato, abrangendo o encaminhamento de providências, devidamente instruídas e motivadas, identificadas em razão da fiscalização da execução do CONTRATO, suas alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual e outras medidas que importem disposição sobre o CONTRATO.

7.4.1. O Gestor do Contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo fiscal técnico do Contrato, devendo comunicá-la ao preposto da CONTRATADA, indicando:

a) o prazo da suspensão, que pode ser prorrogado, se as razões que a motivaram não estão sujeitas ao controle ou à vontade do Gestor do Contrato;

b) se deve ou não haver desmobilização, total ou parcial, e quais as atividades devem ser mantidas pela CONTRATADA;

c) o montante que deve ser pago à CONTRATADA a título de indenização em relação a eventuais danos já identificados e o procedimento e metodologia para apurar valor de indenização de novos danos que podem ser gerados à CONTRATADA.

7.4.2. Constatada qualquer irregularidade na licitação ou na execução contratual, o Gestor do Contrato deve, se possível, sanear-la, evitando-se a suspensão da execução do CONTRATO ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

7.5. As partes contratantes não são responsáveis pela não execução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

7.6. No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

7.6.1. A comunicação de que trata o item 7.6 deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade,

todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

7.6.2. O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

7.7. Na hipótese prevista no item 7.6. desta Cláusula, a CONTRATADA deve submeter a FURNAS, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. FURNAS compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou às disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

7.8. A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste CONTRATO, ou na Lei em geral, ou no Regulamento, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do CONTRATO, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

7.9. Qualquer comunicação pertinente ao CONTRATO, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail FURNAS – csgca@furnas.com.br

E-mail CONTRATADA – comercial01@fracsserviços.com.br

7.9.1. As partes estão obrigadas a comunicarem uma a outra, com 5 (cinco) dias de antecedência, qualquer alteração nos respectivos e-mails. No caso de falha ou problema técnico, as partes devem comunicar, uma a outra, em até 5 (cinco) dias.

7.10. Os serviços só podem ser iniciados mediante autorização escrita de FURNAS a ser expedida pelo Gestor do contrato.

CLÁUSULA 8ª – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO PARCIAL DO OBJETO

8.1. No 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, o representante da CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização de FURNAS os relatórios de prestação dos serviços do mês anterior, contendo o apontamento de dias trabalhados e não trabalhados de cada Posto.

8.2. A medição acima mencionada será validada mensalmente por representante de FURNAS credenciado perante a CONTRATADA, conforme a cláusula de fiscalização do CONTRATO.

8.3. Até o 3º dia útil contado após o recebimento dos subsídios mencionados no item 8.1, FURNAS encaminhará à CONTRATADA a correspondência de medição física e financeira (autorização de faturamento), que constitui o fato gerador do faturamento mensal.

8.4. FURNAS se obriga apenas a pagar o valor correspondente à efetiva prestação de serviços comprovadamente executados e aceitos pela mesma.

CLÁUSULA 9ª - CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

9.1. Aprovadas as faturas, FURNAS pagará à CONTRATADA em 30 (trinta) dias corridos, contados do dia de apresentação da fatura;

9.2. Para que FURNAS possa cumprir, dentro do prazo estabelecido, com a sua obrigação relativa ao pagamento dos documentos de cobrança emitidos por conta deste CONTRATO, a CONTRATADA deverá observar as seguintes disposições;

9.3. Após a data do evento contratual gerador de faturamento, a CONTRATADA emitirá e apresentará a FURNAS, em duas vias, os documentos de cobrança do município de prestação dos serviços, no órgão abaixo indicado:

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Divisão de Gestão de Contratos e Fornecedores - CSGC.A
Avenida Francisco Rodrigues Filho, nº 3.501, Portão 2 - Bairro César de Souza
08810-000 - Mogi das Cruzes - SP

9.4. As notas deverão ser emitidas para o município de prestação dos serviços com seu endereço, conforme abaixo:

FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.
Subestação de Ivaiporã - DOIV.O
Rua Rio de Janeiro, 118 - Ivaiporã - PR
Manoel Ribas - PR
CNPJ: 23.274.194/0084-46
INSC. Estadual: 90538453-87

AJUSTE

FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.
Endereço: Rua Bunjiro Nakao, Km 56
Ibiúna - SP
CNPJ: 23.274.194/0086-08
Inscrição Estadual: 345.001.870.118

FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.
Endereço: Avenida Ivan de Abreu Azevedo (Caminho 333), s/nº
Fazenda Monte Oeste
Campinas - SP
CNPJ: 23.274.194/0035-68
Inscrição Estadual: 795.088.430.110

FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.
Endereço: Avenida Francisco Rodrigues Filho, 3501 - Portão 2
Bairro: Cesar de Souza
Mogi das Cruzes - SP
CNPJ: 23.274.194/0015-14
Inscrição Estadual: 454.038.134.118

Tijuco Preto - SP
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.
Rua Brasílio de Araújo, s/nº
Rod. Engenheiro Candido do Rego Chaves (SP 039) km 57,5 - Quatinga
Mogi das Cruzes - SP
CNPJ: 23.274.194/0078-06

9.5. Entende-se como evento contratual gerador do faturamento os SERVIÇOS prestados do primeiro ao último dia de cada mês.

9.6. Os documentos de cobrança deverão indicar o número e o objeto deste Instrumento Contratual, não se admitindo, portanto, documentos que façam referência a diversos instrumentos contratuais.

9.7. As obrigações decorrentes do CONTRATO serão pagas por FURNAS através de depósito na conta corrente da CONTRATADA. Para tanto, fica a mesma obrigada a informar, no documento de cobrança, o banco, a agência, a praça e a conta corrente para acatar tais créditos, sem o que FURNAS não efetuará os pagamentos.

9.8. Fica vedado o desconto ou o endosso de duplicatas extraídas com base no CONTRATO, não se responsabilizando FURNAS por seu pagamento, se verificado dito desconto ou endosso. Em qualquer hipótese, FURNAS não se responsabilizará por acréscimos, bancários ou não, no valor das duplicatas, sejam a título de juros, comissão, taxas de permanência e outros.

9.9. FURNAS efetuará o pagamento diretamente à CONTRATADA, não aceitando pagamento negociado a terceiros.

9.10. Desde já fica acertado que o comprovante de depósito bancário se constituirá em documento probatório de quitação das obrigações decorrentes do CONTRATO.

9.11. O não cumprimento, pela CONTRATADA, do disposto nas alíneas desta cláusula, no que for aplicável, facultará a FURNAS devolver o documento de cobrança e contar novo prazo de vencimento, a partir da reapresentação.

9.12. Na hipótese de erro, dúvida ou omissão quanto aos documentos de cobrança ou faturas, FURNAS poderá a seu exclusivo critério, considerar devida apenas a parcela não controvertida. A parcela restante somente será devida após a solução final da controvérsia e decorrido novamente o prazo pactuado com a CONTRATADA.

9.13. A cobrança deverá conter as informações bancárias de agência e Conta corrente, o número do CONTRATO e estar acompanhada dos documentos ou faturas necessários à sua efetivação e prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União) e Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e à Justiça do Trabalho (CNDT), sob pena de não ser atendida. A cobrança não terá validade antes da ocorrência do evento que autoriza o faturamento. Caso não seja atendida essa exigência, o pagamento será prorrogado por tantos dias quantos corresponderem ao atraso na entrega da cobrança.

9.14. FURNAS não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto no CONTRATO.

9.15. No 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à FURNAS a documentação trabalhista e previdenciária do mês anterior ao da prestação dos serviços, os quais seguem:

- a) comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação aos serviços realizados, tais como: salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, através de depósito bancário em conta do empregado;
- b) comprovantes da entrega do vale-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;;
- c) comprovante de recolhimentos das contribuições devidas ao INSS (GPS) e Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Física (DARF/IRRF);
- d) comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao FGTS (GFIP), onde devem constar apenas os dados dos empregados vinculados aos serviços contratados e os dados de FURNAS, com a indicação do CNPJ e endereço;
- e) comprovante de frequência: cartão, ficha, livro de ponto ou documento comprobatório do registro eletrônico de ponto, assinado pelo empregado, nos quais constem as horas trabalhadas normais e adicionais, se for o caso;
- f) relação dos empregados, objeto do CONTRATO, inclusive os desligados, quando houver, indicando a data da desvinculação e anexando cópia dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias, tais como, saldo de salário, 13º salário e férias proporcionais, dentre outras;
- g) comprovantes de concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- h) comprovantes do pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do CONTRATO.

9.16. A CONTRATADA deve apresentar, juntamente com a fatura referente ao mês de janeiro, o comprovante de pagamento do 13º salário, quer seja pago integralmente até o dia 20 de dezembro do ano corrente, quer seja pago de forma parcelada; sendo a primeira parcela equivalente a 50% do valor devido, paga até o dia 30 de novembro, e a segunda parcela, equivalente aos 50% restantes, paga até o dia 20 de dezembro do corrente ano.

9.17. A CONTRATADA deve apresentar na fatura relativa ao último mês de prestação dos serviços, a documentação estabelecida no item 9.14 do mês anterior e do mês da prestação dos serviços.

9.18. A CONTRATADA está dispensada da apresentação do comprovante de recolhimento ao INSS (GPS) nas hipóteses de retenção na fonte previstas em lei.

9.19. A emissão do Boletim de Medição e da Autorização de Faturamento é condição indispensável para o faturamento e pagamento do preço ajustado.

9.20. A emissão dos documentos citados nos itens 9.14, 9.16, 9.17, 9.18 e 9.19 não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios revelados posteriormente.

9.21. Em conformidade com a legislação vigente, os valores a serem pagos por força deste CONTRATO não serão atualizados monetariamente entre a data de adimplemento da obrigação e a data contratualmente prevista para pagamento.

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	14/34

9.22. Não serão aceitas Notas Fiscais emitidas em desacordo com a legislação vigente do município onde a CONTRATADA esteja estabelecida.

9.23. Para atrasos de pagamentos de documentos de cobrança, a compensação financeira deve ser calculada, para aplicação no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e a data do seu efetivo pagamento, com base na variação acumulada pro rata da Taxa Referencial - TR.

9.24. Nenhum pagamento será realizado sem que a CONTRATADA demonstre que está em situação regular com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União) e Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF) e à Justiça do Trabalho (CNDT).

CLÁUSULA 10ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO, sob pena das sanções previstas no CONTRATO.

10.2. Não ceder, transferir a terceiros, no todo ou em parte, bem como não sub-rogar os direitos e obrigações decorrentes deste CONTRATO.

10.3. Manter, durante a execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4. Responsabilizar-se pelo comportamento e produtividade de seus empregados nas dependências de FURNAS, substituindo quaisquer deles cuja permanência e/ou serviços venham a ser considerados insatisfatórios e/ou inconvenientes a FURNAS, sendo vedado o retorno dos mesmos às dependências de FURNAS, mesmo que para cobertura de licenças, dispensas, suspensões, faltas ou férias.

10.5. Zelar pela integridade e sigilo dos documentos entregues para realização dos serviços.

10.6. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados nesse CONTRATO, bem como, zelar para que essas condutas não venham a ser praticadas por seus empregados disponibilizados para a execução dos serviços objeto deste CONTRATO.

10.7. Fornecer todas as informações requeridas pelo Gestor do Contrato designado por FURNAS.

10.8. Notificar FURNAS, por escrito, sobre quaisquer fatos que possam por em risco a execução do objeto do CONTRATO.

10.9. Manter sigilo sobre informações, dados, documentos e demais informações, não tornadas públicas por FURNAS, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, inclusive após o término do seu prazo de vigência.

10.10. Comunicar a FURNAS, por escrito, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do fato, quaisquer alterações havidas no CONTRATO social, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

10.11. No caso de afastamentos programados (desligamentos, férias e licenças legais) a CONTRATADA deve substituir, imediatamente, qualquer empregado afastado de suas funções temporária ou definitivamente.

11.5.6. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em conta bancária em nome dos empregados destacados para este CONTRATO, cuja agência bancária esteja localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços.

11.5.7. A CONTRATADA se obriga, durante a vigência contratual, a apresentar a FURNAS a cópia do contrato de trabalho e da carteira de trabalho de todos os empregados alocados à execução do objeto do CONTRATO, bem como de todas as anotações realizadas na CTPS desses obreiros, inclusive pertinentes a férias.

11.5.8. . A CONTRATADA se obriga a apresentar mensalmente à FURNAS a cópia dos contracheques, comprovante do pagamento do salário na conta bancária e recibo de férias de todos os obreiros alocados à execução do objeto do contrato, demonstrando todos os valores pagos e descontados dos mesmos, inclusive valores pertinentes a vale-transporte, auxílio-alimentação e quaisquer outros benefícios constantes do contrato de trabalho.

11.5.9. Apresentar mensalmente, junto com o documento de cobrança, a relação dos empregados desligados e que estavam em atividade por força deste contrato, quando houver, indicando a data da desvinculação e anexando cópia do comprovante do pagamento das verbas rescisórias.

11.5.10. Apresentar comprovante de pagamento do 13º salário juntamente com a apresentação da fatura referente ao mês de janeiro.

11.5.11. A CONTRATADA se obriga a prestar quaisquer informações eventualmente solicitadas por FURNAS relativamente a valores devidos aos seus empregados, inclusive informações que tenham por finalidade viabilizar os pagamentos e/ou depósitos diretos previstos, como, por exemplo, o pagamento de pensão alimentícia por ordem judicial.

11.5.12. Não usar de práticas coercitivas junto a seus empregados, como desconto em seus pagamentos, quando os mesmos tiverem que exercer qualquer obrigação social legal como, por exemplo, comparecer em juízo, seja como testemunha ou parte em processo judicial.

11.5.13. Não permitir, quer sob a forma de incentivo ou de omissão, qualquer prática de discriminação social em relação a seus empregados ou na realização dos serviços objeto deste CONTRATO, seja de caráter étnico, racial, sexual, político, religioso ou de qualquer outro tipo de discriminação que gere segregação.

11.5.14. Agir com rigor contra toda ocorrência de assédio moral ou sexual praticado por seus empregados disponibilizados para a execução dos serviços objetos deste CONTRATO.

11.5.15. Conhecer o Código de Ética e de Conduta das empresas do sistema ELETROBRAS, disponível no sítio de FURNAS, <http://www.furnas.com.br/frmEMCodigoEtica.aspx>, cuidando para que suas disposições sejam observadas, no que couber, por todos os empregados e prepostos da CONTRATADA alocados para os serviços objeto deste CONTRATO, ao longo de toda a sua execução.

11.5.16. FURNAS pode efetuar diligências e auditorias nas dependências da CONTRATADA, e/ou locais de realização dos serviços, desde que com a anuência deste, para monitorar e verificar o cumprimento das disposições contidas no Código de Ética e de Conduta das empresas do sistema ELETROBRAS, no que couber, bem como a verificação das informações contidas no Questionário para Fornecedores relacionado a Ética e Sustentabilidade, disponível no sítio de FURNAS, <http://www.furnas.com.br/frmFornecedores.aspx>, que deverá

ser preenchido e assinado pela CONTRATADA no momento da contratação.

11.5.17. Promover a equidade de gênero no seu quadro de empregados, comprometendo-se a informar a FURNAS, anualmente, a composição de sua força de trabalho empregada para executar o CONTRATO de prestação de serviços, discriminada por gênero, faixa etária, etnia e grau de escolaridade.

11.6. Inadimplemento Relativo às verbas Trabalhistas

11.6.1. Tendo em vista (i) o caráter alimentar das verbas trabalhistas, (ii) o valor social do trabalho, (iii) dignidade da pessoa humana, que abrange as relações laborais, (iv) o zelo pela equidade no âmbito da Administração e, sobretudo, (v) a natureza continuada dos serviços prestados, fica estipulado que, na ocorrência de atraso, por qualquer motivo, no pagamento dos salários ou de outras verbas contratuais e rescisórias devidas aos empregados alocados neste CONTRATO, a CONTRATADA desde já autoriza FURNAS, de acordo com seu exclusivo critério de conveniência e oportunidade, reter e debitar dos faturamentos daquela o valor referente ao pagamento de tais verbas, de modo que as mesmas sejam repassadas diretamente aos empregados, até o limite dos créditos devidos em função dos faturamentos.

§1º - Para tanto, obriga-se a CONTRATADA a fornecer, assim que solicitada, a folha de pagamento referente ao mês inadimplido, bem como qualquer outra informação necessária para a efetivação desta ação.

§2º - Caso a CONTRATADA não apresente, em até cinco dias úteis contados da data da solicitação, as informações e os documentos acima referidos, tal fato, por si só, configurará o inadimplemento contratual, passível de aplicação das sanções contratualmente previstas, sem prejuízo das multas cabíveis em virtude do próprio atraso no pagamento das verbas trabalhistas, e de outros inadimplementos porventura verificados.

§3º - Fica entendido entre as partes que o simples comprovante de depósito ou pagamento das verbas trabalhistas servirá como prova dos valores arcados por FURNAS, para fins de débito dos mesmos sobre os créditos da CONTRATADA.

§4º - Fica certo, ainda, que os pagamentos efetuados diretamente por FURNAS, nos termos desta cláusula, não implicarão na transferência de responsabilidade ou na formação de qualquer vínculo de solidariedade entre FURNAS e a CONTRATADA, em relação às obrigações sociais, trabalhistas.

11.7. Obrigações Relacionadas à Saúde Ocupacional

11.7.1. O exame médico periódico deve constar de exames obrigatórios para controle dos riscos ocupacionais (identificados no PPRA) e exames complementares para detecção precoce de doenças, a serem discriminados no ASO, instrumento do PCMSO, conforme a seguir:

11.7.1.1. Realizar o exame médico admissional nos empregados designados à execução dos serviços objeto deste CONTRATO, os quais devem constar de exames obrigatórios para controle dos riscos ocupacionais (identificados no PPRA) e exames complementares para detecção precoce de doenças, a serem discriminados no ASO, instrumento do PCMSO.

11.7.1.2. Realizar o exame médico periódico anual nos empregados designados à execução dos serviços objeto deste CONTRATO, os quais devem constar de exames obrigatórios para controle dos riscos ocupacionais (identificados no PPRA) e exames complementares para detecção precoce de doenças, a serem discriminados no ASO, instrumento do PCMSO.

11.7.2. A CONTRATADA deve apresentar os documentos relacionados nos itens 11.7.1.1 e 11.7.1.2, especificados em função do objeto contratado. Os documentos serão encaminhados

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	19/34

a FURNAS, para análise e comprovação de sua conformidade, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO.

11.7.3. Comprovada a adequação ou não da documentação, referente à segurança do trabalho, apresentada a FURNAS, que deve realizar tal análise em no máximo 15 (quinze) dias, a mesma deve emitir ou não o "Termo de Conformidade", para os documentos apresentados, elencando os que devem ser gerados e apresentados durante o primeiro ano do CONTRATO. O "Termo de Conformidade" ou o "Termo de não conformidade" caso verificada a inadequação dos documentos, deverá ser encaminhado à área de contratação e/ou ao gestor/fiscal do contrato.

11.7.4. FURNAS deve analisar os documentos relacionados nos itens e respectivos subitens abaixo, sendo parte destes apresentados após o início das atividades. A não observância de entrega dos documentos nos prazos legais vigentes durante o CONTRATO implica o imediato cancelamento do "Termo de Conformidade", com a respectiva informação a área gestora do contrato para que sejam adotadas as penalizações cabíveis.

11.7.5. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (De acordo com a NR-9 da Portaria n.º 3.214/78 do MTE):

a) Elaborar, implementar e executar anualmente o PPRA, tomando como base as instalações de FURNAS, independentemente do número de empregados;

b) Deverá constar no PPRA: a aparelhagem utilizada na avaliação ambiental, bem como a marca e os seus respectivos números de séries e fotocópia dos certificados de calibração dos equipamentos utilizados;

c) A CONTRATADA deve apresentar Relatório Anual das Ações Corretivas do PPRA bem como sua atualização.

11.7.6. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes- CIPA (de acordo com a NR-5 da Portaria n.º 3.214/78 do MTE):

a) A documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, quando necessário, incluindo as atas de eleição e de posse, calendário anual das reuniões ordinárias, fotocópia dos certificados de treinamento para os membros da CIPA, deve ficar à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego sob responsabilidade do representante legal da CONTRATADA;

b) Quando as empresas não se enquadrem no Quadro I da NR5, apresentar fotocópia do treinamento anualmente designado pela empresa pelo cumprimento do objetivo desta NR5;

c) A CONTRATADA deve, em atendimento à NR5, indicar um empregado como representante para participar, quando convocado, das reuniões da CIPA de FURNAS na localidade da prestação dos serviços.

11.7.7. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT (De acordo com a NR-4 da Portaria n.º 3.214/78 do MTE):

a) Apresentar registro de existência de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT;

b) Estando a CONTRATADA desobrigada a constituir SESMT, informar através de documento, de acordo com a NR4, indicando responsável;

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	20/34

c) Apresentar datado e assinado a FURNAS até 05 de fevereiro de cada ano os Quadros III, IV, V e VI, em conformidade com a NR4;

d) Apresentar a qualquer momento, quando solicitada, índices e informações sobre acidentes e incidentes ocorridos com o pessoal vinculado ao CONTRATO com FURNAS conforme padrões do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ou a Organização Internacional do Trabalho - OIT;

e) Apresentar Planilha datada e assinada a FURNAS, até o dia 05 (cinco) de cada mês subsequente, os dados estatísticos de todos os acidentes de trabalho ocorridos no mês anterior encaminhando também, a Taxa de Frequência - TF e Taxa de Gravidade - TG.

11.7.8. Equipamento de Proteção Individual - EPI, (De acordo com a NR-6 da Portaria n. 3.214/78 do MTE):

a) Entregar a FURNAS por intermédio do Gestor do Contrato, cópia das fichas de controle de empregados, constando os números dos Certificados de Aprovação - CA, no início das atividades e sempre que houver modificações nas mesmas, conforme NR-6;

b) A CONTRATADA deve fornecer os EPI, específicos e adequados às atividades que seus empregados irão desempenhar;

c) FURNAS deve fornecer listagem mínima de EPI para cada atividade, conforme listagem anexa, sem os quais a CONTRATADA não poderá iniciar as atividades;

d) A CONTRATADA não pode executar atividades em FURNAS sem que seus empregados estejam com os EPI adequados aos riscos a que estarão expostos.

11.7.9. Outros documentos relacionados com a segurança e saúde no trabalho (PCMSO- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional) podem ser solicitados, em decorrência de auditorias periódicas realizadas no decorrer do CONTRATO, e podem ser submetidos à análise e mudanças, de acordo com a legislação e normas internas (Responsabilidade Social).

11.7.10. Como ação preventiva de segurança dos trabalhadores terceirizados e, para prevenir responsabilidades de FURNAS, a empresa CONTRATADA deve disponibilizar uma proporção do total de empregados do CONTRATO, de acordo com os dimensionamentos de cada área, para participar como brigadista voluntário na CONTRATADA, sendo necessário, quando convocado, participar dos treinamentos de formação de brigadista e, apresentar exame de aptidão física quando do treinamento prático.

11.7.11. A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes da paralisação parcial ou total dos serviços, provocados pelo não cumprimento da legislação e normas vigentes sobre Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

11.7.12. Exames médicos admissionais e periódicos:

11.7.13. Entregar a FURNAS os Atestados Médicos Ocupacionais (ASO) Admissionais, ao término do período de mobilização, Periódicos em até 5 (cinco) dias após a emissão do ASO, e os que se refiram ao Retorno ao Trabalho (após 30 [trinta] dias de afastamento do trabalho), no primeiro dia de trabalho após o afastamento.

11.7.14. O exame médico periódico deve constar de exames obrigatórios para controle dos riscos ocupacionais (identificados no PPRA) e exames complementares para detecção precoce de doenças, a serem discriminados no ASO, instrumento do PCMSO.

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	21/34

11.7.15. Atender aos ditames do Decreto nº 7.203/2010, em especial ao seu artigo 7º.

11.7.16. A CONTRATADA declara que é de sua exclusiva responsabilidade a quitação dos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do CONTRATO.

11.7.17. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a FURNAS a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO.

11.7.18. O não cumprimento de qualquer das condições estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na CLÁUSULA 17ª deste CONTRATO.

CLÁUSULA 12ª – OBRIGAÇÕES DE FURNAS

Além das obrigações resultantes no que couber a Lei nº 13.303 de 30/06/2016, são obrigações de FURNAS:

12.1. Fornecer à CONTRATADA os subsídios necessários para a elaboração dos laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor.

12.2. Prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, relacionados à execução dos SERVIÇOS objeto deste TERMO CONTRATUAL.

12.3. Exigir da CONTRATADA, quando aplicável, a declaração, sob as penas da Lei, de que as atividades exercidas pelos segurados empregados no presente TERMO CONTRATUAL não estão sujeitas à concessão de aposentadoria especial.

12.4. Exigir da CONTRATADA os laudos técnicos e documentos previstos na legislação previdenciária em vigor (PPRA, LTCAT, PCMSO, PARA, PGR, PS, PCA e PPR) quando pertinentes aos serviços executados.

12.5. Permitir que, ao término do TERMO CONTRATUAL, a CONTRATADA retire dos locais da prestação dos serviços ferramentas, equipamentos e mobiliários de sua propriedade, colocados à disposição de FURNAS, sem reivindicar, em razão disso, qualquer indenização.

12.6. Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA.

12.7. Notificar a CONTRATADA de todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades que encontrar na prestação dos serviços, dando-lhe, inclusive, prazo para sua correção.

12.8. Facilitar o acesso de empregados da CONTRATADA às áreas de trabalho, com o propósito de dar cumprimento ao objeto deste TERMO CONTRATUAL.

12.9. Credenciar e informar formalmente junto a CONTRATADA a equipe de FURNAS responsável pela gestão e fiscalização do Contrato.

12.10. Registrar todas as irregularidades e demais ocorrências referentes à prestação dos SERVIÇOS no aplicativo ERP/SAP.

12.11. Autorizar a utilização, pelos empregados da CONTRATADA, dos seus serviços médicos e ambulatoriais de emergência, nas localidades em que dispuser de tais serviços.

12.12. Manifestar-se por escrito em todos os atos relativos à execução do CONTRATO, em

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	22/34

especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

12.13. Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias.

12.14. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com o previsto neste TERMO CONTRATUAL.

CLÁUSULA 13ª - SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, DAÇÃO EM GARANTIA

13.1. Ficam vedadas a subcontratação, parcial, total, a dação em garantia e a cessão ou transferência deste CONTRATO a terceiros.

13.2. O descumprimento desta cláusula ensejará a rescisão do Contrato, bem como, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na CLÁUSULA 17ª - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

CLÁUSULA 14ª - EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

14.1. O equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deve ocorrer por meio de:

a) repactuação: espécie de reajuste destinado aos contratos de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em que: (i) os custos de mão de obra são calculados ao completar 1 (um) ano a contar da data do orçamento a que se refere a proposta, ou seja, da data base da categoria ou de quando produzirem efeitos acordo, convenção ou dissídio coletivos; e (ii) os custos relativos aos insumos são calculados ao completar 1 (um) ano da data de apresentação da proposta; ou

b) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se configure álea econômica extraordinária e extracontratual, sem a necessidade de periodicidade mínima.

14.2. A repactuação deve observar:

a) a repactuação pode ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra, quando deve ser considerada a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo, e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço, quando deve ser considerada a data da apresentação da proposta;

b) quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deve ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

c) a repactuação em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, inclusive novos benefícios não previstos na proposta original que tenham se tornado obrigatórios por força deles;

d) a repactuação deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	23/34

fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação, salvo os benefícios não previstos em lei que não serão repactuados;

e) se não houver sindicatos ou conselhos de classes instituídos, caberá à CONTRATADA a demonstração da efetiva variação do salário dos empregados envolvidos na prestação dos serviços objeto do CONTRATO, devendo, ainda, demonstrar a compatibilidade da variação de tais custos com a realidade do mercado, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas;

f) as repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do CONTRATO, serão objetos de preclusão com o encerramento do CONTRATO;

g) a CONTRATADA deverá formular o pedido no prazo de até 90 (noventa) dias contados da homologação do instrumento coletivo ou início da vigência da Lei. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação, ocorrerá a renúncia do direito;

h) será considerada renúncia ao direito à repactuação dos preços, quando a CONTRATADA aceitar a prorrogação do prazo contratual sem qualquer ressalva ao direito de repactuação;

i) as repactuações, como espécie de reajuste, poderão ser formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento;

j) as repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos, com base no artigo 81, VI da Lei 13.303/16.

14.2.1. A repactuação deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada da comprovação:

a) dos preços praticados no mercado ou em outros contratos das empresas, de estatais ou da Administração Pública;

b) das particularidades do CONTRATO em vigência;

c) da nova planilha com variação dos custos apresentada;

d) de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

14.2.2. A parcela da repactuação referente aos custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço deve ser processada mediante a seguinte fórmula:

$$R = P_o [(IPCA_i / IPCA_o) - 1]$$

Onde:

R	- Valor da repactuação
P _o	- Preço base proposto para parcela
IPCA	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	24/34

I	- Índice do mês anterior ao de aniversário da data de apresentação da proposta.
O	- Índice do mês anterior ao da apresentação da proposta.

14.3. A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:

- a) dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
- b) da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão;
- c) de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do CONTRATO.

14.3.1. A revisão que não for solicitada durante a vigência do CONTRATO considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do CONTRATO.

14.4. Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do CONTRATO, as vantagens auferidas devem ser transferidas a FURNAS, reduzindo-se o preço.

14.5. Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, FURNAS deve absorver os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

CLÁUSULA 15ª - FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o CONTRATO, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico de FURNAS.

15.2. Não caracterizam alteração do CONTRATO e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

- a) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços e repactuação previstos no próprio contrato;
- b) as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no CONTRATO;
- c) a correção de erro material havido no instrumento de CONTRATO;
- d) as alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
- e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados, nas hipóteses dos itens 14.4 e 14.5. do presente CONTRATO;


Eduardo Santos Campos
14/07/2015



f) renovações contratuais, sejam por extensão do prazo de execução ou prorrogação do prazo de vigência.

CLÁUSULA 16ª - RESCISÃO

16.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes contratantes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato. Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

- a) impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- b) riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- c) motivação social e ambiental do empreendimento;
- d) custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e) despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- f) despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g) possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;
- h) custo total e estágio de execução física e financeira do CONTRATO;
- i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do CONTRATO;
- j) custo para realização de nova licitação ou celebração de novo Contrato;
- k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

16.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.3. Na hipótese do item 16.2 desta Cláusula, FURNAS pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da CONTRATADA de corrigir a situação.

16.4. O CONTRATO pode ser rescindido por FURNAS nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de Compliance ou equivalente.

16.5. A rescisão contratual, quando promovida por FURNAS, deve seguir o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento.

CLÁUSULA 17ª - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	26/34

17.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, FURNAS pode, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 96 e 97 do Regulamento, aplicar ao contratado as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com FURNAS por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

17.2. As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do CONTRATO;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- d) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- e) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.

17.3. A sanção de suspensão, referida no inciso III do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016, deve observar os seguintes parâmetros:

- a) se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses;
- b) caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano e, no mínimo, de 6 (seis) meses, mesmo que aplicadas todas as atenuantes do item 4 do artigo 96 do Regulamento de Licitações e Contratações da Eletrobras.

17.3.1. As penas bases definidas no item 17.3. desta Cláusula devem ser qualificadas nos seguintes casos:

- a) em 1/2 (um meio), se a CONTRATADA for reincidente;
- b) em 1/2 (um meio), se a falta da CONTRATADA tiver produzido prejuízos relevantes para FURNAS.

17.3.2. As penas bases definidas no item 17.3. desta Cláusula devem ser atenuadas nos seguintes casos:

- a) em 1/4 (um quarto), se a CONTRATADA não for reincidente;
- b) em 1/4 (um quarto), se a falta da CONTRATADA não tiver produzido prejuízos relevantes para FURNAS;
- c) em 1/4 (um quarto), se a CONTRATADA tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;
- d) em 1/4 (um quarto), se a CONTRATADA comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.º 420/2015.

17.3.3. Na hipótese do item 17.3.2 desta Cláusula, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se a CONTRATADA contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 17.3.2., a pena de suspensão deve ser substituída pela de


Eduardo de Jesus Campos
Mestrado em Engenharia



advertência, prevista no inciso I do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016.

17.3.4. A CONTRATADA, para além da hipótese prevista no item 6.7. do presente CONTRATO, está sujeita à multa, garantida a prévia defesa, descritas na TABELA 2 abaixo, considerando os graus e percentuais indicados na TABELA 1, limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,20% do valor mensal do Contrato
2	0,40% do valor mensal do Contrato
3	0,80% do valor mensal do Contrato
4	1,00% do valor mensal do Contrato
5	1,50% do valor mensal do Contrato
6	5,00% do valor total do Contrato

Obrigação Descumprida		Grau	Incidência
1	Registrar a frequência e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados.	1	Por Empregado e por dia
2	Substituir empregado, no prazo estabelecido por FURNAS, que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por Empregado e por dia
3	Manter a documentação de habilitação atualizada, após 05 dias, contados do pedido formal de FURNAS.	2	Por ocorrência
4	Cumprir horário estabelecido pelo CONTRATO ou determinado por FURNAS.	2	Por ocorrência
5	Cumprir determinação do Gestor/Fiscal do Contrato para controle de acesso de seus funcionários.	2	Por ocorrência
6	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, quando solicitado por FURNAS.	3	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-alimentação, férias, seguros, encargos fiscais e sociais, ou quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas.	2	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
8	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas, no prazo de 05 dias após solicitação formal de FURNAS.	1	Por ocorrência e por dia de atraso
9	Fornecer à FURNAS todas as informações solicitadas pelo Gestor/Fiscal do contrato para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do CONTRATO no prazo de 05 dias após solicitação formal de FURNAS.	1	Por ocorrência e por dia de atraso

10	Realizar os exames médicos (admissionais, periódicos, demissionais e outros previstos no CONTRATO).	2	Por Empregado e por dia de atraso
11	Entregar o Atestado de Saúde Ocupacional e documentos de comprovação da qualificação técnica requerida no CONTRATO.	2	Por ocorrência, e por dia de atraso
12	Cumprir quaisquer dos itens do CONTRATO e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada por FURNAS.	2	Por item e por ocorrência
13	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por Empregado e por dia.
14	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	4	Por ocorrência
15	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do CONTRATO.	4	Por ocorrência
16	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
17	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em CONTRATO, sem autorização prévia do responsável.	2	Por Item e por ocorrência
18	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	3	Por Empregado e por ocorrência
19	Manter em estoque equipamentos discriminados em CONTRATO, para uso diário.	1	Por item e por dia de indisponibilidade.
20	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados.	1	Por Empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
21	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.	1	Por equipamento e dia de atraso
22	Atender normas do Ministério do Trabalho sobre saúde, higiene e segurança do trabalho.	5	Por ocorrência apontada

17.4. Caso a CONTRATADA atrase o cumprimento dos demais prazos estabelecidos neste CONTRATO, incorre em multa moratória correspondente ao Grau 1 da TABELA 1, por dia corrido de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

17.5. A inexecução deste CONTRATO sujeitará a CONTRATADA à multa, garantida prévia defesa, correspondente aos seguintes percentuais:

a) Inexecução Parcial: 10% (dez por cento) do valor da obrigação inadimplida;

b) Inexecução Total: 20% (vinte por cento) do valor da obrigação inadimplida.

Edvaldo Sampaio Campos
 (Ass. 10310-1)



17.5.1. Se a multa moratória do item 17.4 alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o CONTRATO pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do Gestor do Contrato.

17.5.2. Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela CONTRATADA, FURNAS pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil Brasileiro.

17.5.3. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à CONTRATADA em razão do CONTRATO em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre FURNAS e a CONTRATADA, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

17.6. É considerada como falta grave, caracterizada como falha em sua execução, o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado, bem como, o não recolhimento do FGTS dos empregados ou das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do CONTRATO, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária, prevista no item 8 da Tabela do item 1 deste CONTRATO e da suspensão temporária.

CLÁUSULA 18ª - PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

18.1. Quaisquer informações relativas ao presente CONTRATO, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, de FURNAS. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, a FURNAS, informando todos os pormenores da intenção da CONTRATADA, reservando-se, a FURNAS, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

CLÁUSULA 19ª - ATOS LESIVOS A FURNAS

19.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei n.º 12.846/2013, a CONTRATADA está sujeita às sanções estabelecidas na CLÁUSULA 17ª deste CONTRATO, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos a FURNAS, assim definidos:

- a) fraudar o presente CONTRATO;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o CONTRATO;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste CONTRATO, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual; ou
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO;
- e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 8.666/1993, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente CONTRATO.

19.1.1. As sanções indicadas no item 19.1. aplicam-se quando a CONTRATADA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

CLÁUSULA 20ª - TRIBUTOS

20.1. Todos os tributos federais, estaduais e municipais, encargos e contribuições parafiscais, eventualmente devidos pela execução dos serviços objeto deste Contrato, correm por conta exclusiva da CONTRATADA, que também se responsabiliza pelo perfeito e exato cumprimento de todas as obrigações e formalidades que a lei a ele atribua.

20.1.1. Os tributos e contribuições, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da lei, fazendo-se os pagamentos à CONTRATADA pelo seu valor líquido.

20.1.2. Caso sejam criados, após a assinatura do Contrato, novos tributos, encargos ou contribuições parafiscais, ou modificadas a base de cálculo e/ou alíquotas atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus da CONTRATADA, com repercussão na economia contratual, será o preço revisado, de modo a cobrir as diferenças comprovadamente decorrentes dessas alterações.

20.1.3. A CONTRATADA, não obstante o acima disposto obriga-se a, caso venha a ser autuada pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, no que concerne ao objeto deste Contrato, defender-se com empenho e zelo perante as autoridades competentes.

20.1.4. Face ao disposto no "caput" desta Cláusula, FURNAS não se responsabiliza pelo ressarcimento de quaisquer multas, correção monetária, penalidades, juros e outras despesas resultantes da não observância de obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, pela CONTRATADA.

20.1.5. Caso a CONTRATADA ou algum bem a ser fornecido esteja sob o regime de substituição tributária, o mesmo deverá fornecer cópia autenticada das guias de recolhimento do ICMS juntamente com a Nota Fiscal de Venda, desde que a contratada não possua Inscrição Estadual como Substituta Tributária para Estado de Destino.

CLÁUSULA 21ª - DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

21.1. A prática, pela CONTRATADA, de qualquer ato lesivo previsto na Cláusula Décima Nona deste CONTRATO, ou no artigo 5º da Lei n.º 12.846/2013, a sujeita, com fundamento no artigo 6º da Lei n. 12.846/2013, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

a) Multa, equivalente a 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa;

b) Publicação extraordinária da decisão condenatória;

c) Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "a", do item 21.1., caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

21.1.1. FURNAS deve levar em consideração na aplicação das sanções aqui previstas o estabelecido no artigo 7º e seus incisos da Lei n.º 12.846/2013.

21.1.2. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n.º 13.303/2016, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a CONTRATADA também está sujeita às sanções administrativas do item 17.1. deste CONTRATO, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.1.3. As sanções descritas no item 21.1. devem ser aplicadas fundamentadamente,

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	31/34

isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

21.1.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR deve ser publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico de FURNAS.

21.1.5. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

21.1.6. A CONTRATADA sancionada administrativamente pela prática de atos lesivos contra FURNAS, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, deve publicar a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica CONTRATADA ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) Em Edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias;
- c) Em seu sítio eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

21.1.7. A publicação a que se refere o item 21.1.6 será feita às expensas da pessoa jurídica sancionada.

21.1.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos a FURNAS, resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.

21.1.9. O PAR e o sancionamento administrativo devem obedecer às regras e parâmetros empregados em legislação específica, notadamente, na Lei n.º 12.846/2013 e no Decreto n.º 8.420/2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo, ainda, da aplicação do ato de que trata o artigo 21 do Decreto n.º 8.420/2015.

21.1.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

21.1.11. As disposições desta Cláusula aplicam-se quando a CONTRATADA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 12.846/2013. 20.1.12. Não obstante o empregado nesta Cláusula, a CONTRATADA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste CONTRATO e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

CLÁUSULA 22ª - POLÍTICA DE CONFORMIDADE

22.1. A CONTRATADA declara e garante que nem ela, diretamente ou por intermédio de qualquer subsidiária ou afiliada, e nenhum de seus diretores, empregados ou qualquer pessoa agindo em seu nome ou benefício, realizou ou realizará qualquer ato que possa consistir em violação às proibições descritas (i) na Lei n.º 12.846, de 01 de agosto de 2013, doravante denominada "Lei Anticorrupção Brasileira", (ii) na Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (*United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., conforme alterado), doravante denominada FCPA, (iii) e nas convenções e pactos internacionais dos quais o Brasil seja

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	32/34

signatário, em especial a Convenção da OCDE sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção Interamericana contra a Corrupção – OEA, todas referidas como “Leis Anticorrupção”, incluindo pagamento, oferta, promessa ou autorização de pagamento de dinheiro, objeto de valor ou mesmo de valor insignificante mas que seja capaz de influenciar a tomada de decisão, direta ou indiretamente, a:

a) qualquer empregado, oficial de governo ou representante de, ou qualquer pessoa agindo oficialmente para ou em nome de uma entidade de governo, uma de suas subdivisões políticas ou uma de suas jurisdições locais, um órgão, conselho, comissão, tribunal ou agência, seja civil ou militar, de qualquer dos indicados no item anterior, independente de sua constituição, uma associação, organização, empresa ou empreendimento controlado ou de propriedade de um governo, ou um partido político (os itens A a D doravante denominados conjuntamente autoridade governamental);

b) um oficial legislativo, administrativo ou judicial, independentemente de se tratar de cargo eletivo ou comissionado;

c) um oficial de, ou indivíduo que ocupe um cargo em, um partido político;

d) um candidato ou candidata a cargo político;

e) um indivíduo que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial, comissionado ou herdado em um governo ou qualquer um de seus órgãos; ou

f) um oficial ou empregado(a) de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, OCDE) (doravante denominado oficial de governo);

g) ou a qualquer pessoa enquanto se saiba, ou se tenha motivos para crer que qualquer porção de tal troca é feita com o propósito de:

g.1) influenciar qualquer ato ou decisão de tal oficial de governo em seu ofício, incluindo deixar de realizar ato oficial, com o propósito de assistir FURNAS ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro;

g.2) assegurar vantagem imprópria;

g.3) induzir tal oficial de governo a usar de sua influência para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental com o propósito de assistir FURNAS ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro; ou

g.4) fornecer um ganho ou benefício pessoal ilícito, seja financeiro ou de outro valor, a tal oficial de governo.

22.1.1. A CONTRATADA, inclusive seus diretores, empregados e todas as pessoas agindo em seu nome ou benefício, com relação a todas as questões afetando FURNAS ou seus negócios, se obrigam a:

a) permanecer em inteira conformidade com as Leis Anticorrupção, e qualquer legislação antissuborno, anticorrupção e de conflito de interesses aplicável, ou qualquer outra

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	33/34

legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstando-se de qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas às Leis Anticorrupção;

b) tomar todas as precauções necessárias visando prevenir ou impedir qualquer incompatibilidade ou conflito com outros serviços ou com interesses de FURNAS, o que inclui o dever de comunicar as relações de parentesco existentes entre os colaboradores da CONTRATADA e de FURNAS;

c) observar, no que for aplicável, o Programa de *Compliance* de FURNAS, sobre o qual declara ter pleno conhecimento.

22.2. FURNAS se reserva no direito de realizar auditoria na CONTRATADA para verificar sua conformidade com as leis e o seu Programa de *Compliance*, sendo a CONTRATADA responsável por manter em sua guarda todos os arquivos e registros evidenciando tal conformidade, assim como disponibilizá-los a FURNAS dentro de 5 (cinco) dias a contar de sua solicitação.

22.3. Entendendo que é papel de cada organização fomentar padrões éticos e de transparência em suas relações comerciais, FURNAS incentiva a CONTRATADA, caso ainda não possua, a elaborar e implementar programa de integridade próprio, observando os critérios estabelecidos no Decreto n. 8.420/2015.

22.4. Caso a CONTRATADA ou qualquer de seus colaboradores venha a tomar conhecimento de atitudes ilícitas ou suspeitas, especialmente se referentes à violação das Leis Anticorrupção, deverá informar prontamente a FURNAS, por meio do Canal de Denúncias disponível no site www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras/ e no telefone 0800 377 8037.

22.5. Fica esclarecido que, para os fins do presente CONTRATO, a CONTRATADA será responsável, perante FURNAS e terceiros, pelos atos ou omissões de seus colaboradores.

CLÁUSULA 23ª - RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1. FURNAS, por meio do agente de fiscalização técnica, deve receber o objeto do presente Contrato:

23.1.1. Provisoriamente: em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da CONTRATADA a FURNAS, para a avaliação do objeto, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela CONTRATADA;

23.1.2. Definitivamente: em 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação da CONTRATADA para FURNAS, relativo à integralidade do Contrato, representando aceitação da integralidade do Contrato e liberação da CONTRATADA no tocante a vícios aparentes.

23.2. Acaso verifique o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA, o agente de fiscalização técnica ou administrativo deve comunicar ao preposto deste, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. O tempo para a correção deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do Contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

23.3. Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos no item 22.1 desta Cláusula.

23.4. A recepção e aceitação dos serviços não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e integridade dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste

TERMO CONTRATUAL	Folha
8000011015	34/34

Contrato.

CLÁUSULA 24ª - CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

24.1. A CONTRATADA declara conhecer e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, que se encontra disponível no endereço eletrônico da empresa, sob pena de submeter-se às sanções previstas no presente Contrato.

CLÁUSULA 25ª - FORO

25.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade do Rio de Janeiro, para solução de qualquer questão oriunda do presente CONTRATO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Rio de Janeiro-RJ 06 de Fevereiro de 2020.

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Diretor de Administração
Matrícula 270739-4

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A

FRAC. LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO
PREDIAL EIRELI

Testemunhas:

Nelson de Oliveira Jorge

Nome:

CPF:

02931504785

Nelson O. Jorge
Matr. 18502-1

Edson Carlos Campos
Matr. 12240-1

Nome:

CPF:

HEBERT KENNEDY RENSIM

016.579.006-49

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS
E FORNECEDORES - CSGC.A
CONFERÊNCIA DE ASSINATURA

Nome: Pedro Roberto Ferreira

Matrícula

Assinatura

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. e FRAC LIMPEZA ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL LTDA, já devidamente qualificadas no Instrumento Contratual que ora se ALTERA, têm entre si ajustado o presente **Apostilamento nº 01** ao Contrato nº **8000011015**, firmado em 06/02/2020, que se regerá pelas Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Constitui objeto do presente **Apostilamento nº 01**, a inclusão da Cláusula – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

CLÁUSULA 2ª – INCLUSÃO DA CLÁUSULA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Por este **Apostilamento nº 01** fica incluída a Cláusula – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS com a seguinte redação:

“CLÁUSULA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1. Em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados coletados estrita e necessariamente para a execução do Contrato.

§2. As partes são solidariamente responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação, nos termos da legislação vigente, mas a CONTRATANTE garante, no âmbito deste Contrato, o seu direito de regresso contra o Contratado, caso fique comprovado não ter sido ela a dar causa ao evento.

§3. As partes obrigam-se a:

- a) Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins a que se destinam, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta.
- b) Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas;
- c) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenha sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano.
- d) Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade;
- e) Implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição - acidental ou intencionalmente – não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
- f) Informar, no prazo de até 24 horas, a outra Parte caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

g) Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade;

h) Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.”

CLÁUSULA 3ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

No que não colidirem com o presente **Apostilamento nº 01**, permanecem íntegras e válidas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº 8000011015 e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de junho de 2021.


Livia Machado da Costa Bezerra Ventura (29 de June de 2021 09:34 ADT)

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
Livia Machado da Costa Bezerra Ventura – Gerente
Divisão de Gestão de Contratos – CSGC.G

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. e FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI., já devidamente qualificadas no Instrumento Contratual que ora se ALTERA, têm entre si ajustado o presente **Apostilamento nº 02** ao CONTRATO nº **8000011015**, firmado em 06 de fevereiro de 2020, que se regerá pelas Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETIVO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Constitui objetivo deste **Apostilamento nº 02** promover a repactuação dos preços para as localidades de Furnas localizadas nos Estados de São Paulo e do Paraná, em decorrência aniversário da proposta e homologação das Convenções Coletivas de Trabalho, conforme previsto na cláusula 14 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO, alterando assim as cláusulas 3ª – PREÇOS e 4ª – VALOR DO CONTRATO.

CLÁUSULA 2ª – DA ALTERAÇÃO DA PLANILHA DE PREÇOS DA CLÁUSULA 3ª - PREÇOS

Por força deste **Apostilamento nº 02**, os preços constantes do “caput” da Cláusula sob alteração passam a vigorar como seguem:

Tabela 1

SE Mogi das Cruzes				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		HORA NORMAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção I	13,77	15,10	20,23
2	Serviços de Recepção II	20,30	24,31	32,50
3	Serviços de Recepção III	23,88	29,32	39,19

Tabela 2

SE Campinas				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		HORA NORMAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção I	13,79	15,12	20,25
2	Serviços de Recepção II	20,33	24,33	32,53
3	Serviços de Recepção III	23,91	29,35	39,24

Tabela 3

SE Ibiúna				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		HORA NORMAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção III	23,39	28,73	38,40

Tabela 4

SE Manoel Ribas				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		HORA NORMAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção I	11,62	14,30	19,18

Tabela 5

SE Tijuco Preto (Mogi das Cruzes)				
Item	Descrição dos Serviços	Valor Unitário		
		HORA NORMAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção II	20,33	24,34	32,54

CLÁUSULA 3ª – DO NOVO VALOR DO CONTRATO

Por este **Apostilamento nº 02**, no valor de R\$ 60.958,54 (sessenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a Cláusula 4ª – VALOR DO CONTRATO passa a ter a seguinte redação:

“Para todos os efeitos, inclusive eventual imposição de penalidades, o valor deste TERMO CONTRATUAL é igual ao custo final dos SERVIÇOS contratados, incluindo suas revisões e eventuais acréscimos. Na hipótese de ainda não ser conhecido o custo final como acima definido, adotar-se-á o valor estimado de R\$ 1.435.058,32 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).”

CLÁUSULA 4ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

No que não colidirem com o presente **Apostilamento nº 02**, permanecem íntegras e válidas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº 8000011015 e Apostilamento nº 01 do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Rio de Janeiro/RJ, 16 de julho de 2021.

Felipe Braga

Felipe Braga (16 de July de 2021 13:35 ADT)

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - Contratante
Divisão de Gestão de Contratos – CSGC.G
Felipe de Araujo Amaral Braga – Gerente Substituto

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. e FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI., já devidamente qualificadas no Instrumento Contratual que ora se ALTERA, têm entre si ajustado o presente **Aditamento nº 01** ao CONTRATO nº **8000011015**, firmado em 06 de fevereiro de 2020, que se regerá pelas Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETIVO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Constitui objetivo deste **Aditamento nº 01** promover a alteração de escopo (supressão e acréscimo) conforme tabela abaixo e a adequação de cláusulas contratuais, alterando assim as cláusulas 3ª – PREÇOS e 4ª – VALOR DO CONTRATO e 9ª – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO e incluindo o Anexo I – Quadro de Vagas por Unidade.

SUPRESSÃO DE ESCOPO					
Item	Local	Órgão	Descritivo	Quant.	Período
1	Campinas	DSSP.G	Recepcionista II	1	02/03/2020 a 02/07/2022
2	Mogi das Cruzes	CSGC.G	Recepcionista I	1	02/04/2022 a 02/07/2022
ACRÉSCIMO DE ESCOPO					
1	Mogi das Cruzes	DSSP.G	Recepcionista II	1	02/03/2020 a 02/07/2022
2	Mogi das Cruzes	CSGC.G	Recepcionista III	1	02/04/2022 a 02/07/2022

CLÁUSULA 2ª – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 3ª - PREÇOS

Por força deste **Aditamento nº 01**, as tabelas da Cláusula 3ª – PREÇOS passam a ter a seguinte redação:

Tabela 1

SE Mogi das Cruzes							
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade e Valor Unitário					
		QUANT. HN	HORA NORMAL	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 50%	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção I	660	R\$ 13,77	3,00	R\$ 15,10	3,00	R\$ 20,23
2	Serviços de Recepção II	1100	R\$ 20,30	5,00	R\$ 24,31	5,00	R\$ 32,50
3	Serviços de Recepção III	440	R\$ 23,88	2,00	R\$ 29,32	2,00	R\$ 39,19

Tabela 2

SE Campinas							
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade e Valor Unitário					
		QUANT. HN	HORA NORMAL	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 50%	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção I	220	R\$ 13,79	1,00	R\$ 15,12	1,00	R\$ 20,25
2	Serviços de Recepção III	220	R\$ 23,91	1,00	R\$ 29,35	1,00	R\$ 39,24

Tabela 3

SE Ibiúna							
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade e Valor Unitário					
		QUANT. HN	HORA NORMAL	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 50%	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção III	220	R\$ 23,39	1,00	R\$ 28,73	1,00	R\$ 38,40

Tabela 4

SE Manoel Ribas							
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade e Valor Unitário					
		QUANT. HN	HORA NORMAL	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 50%	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção I	220	R\$ 11,62	1,00	R\$ 14,30	1,00	R\$ 19,10

Tabela 5

SE Tijuco Preto (Mogi das Cruzes)							
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade e Valor Unitário					
		QUANT. HN	HORA NORMAL	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 50%	QUANT. HE 50%	HORA EXTRA 100%
1	Serviços de Recepção II	220	R\$ 20,33	1,00	R\$ 24,34	1,00	R\$ 32,54

CLÁUSULA 3ª – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 4ª – VALOR DO CONTRATO

Por este **Aditamento nº 01**, no valor de R\$ 6.585,94 (seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), a Cláusula 4ª – VALOR DO CONTRATO passa a ter a seguinte redação:

“Para todos os efeitos, inclusive eventual imposição de penalidades, o valor deste TERMO CONTRATUAL é igual ao custo final dos SERVIÇOS contratados, incluindo suas revisões e eventuais acréscimos. Na hipótese de ainda não ser conhecido o custo final como acima definido, adotar-se-á o valor estimado de R\$ 1.681.011,83 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, onze reais e oitenta e três centavos).”

CLÁUSULA 4ª – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 9ª – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

Por este **Aditamento nº 01** fica alterado o endereço de faturamento constante no item 9.4. da Subestação de Ivaiporã conforme abaixo mantendo as demais localidades o já previsto no Contrato:

“9.4. As notas deverão ser emitidas para o município de prestação dos serviços com seu endereço, conforme abaixo:

FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.
Subestação de Ivaiporã – DOIV.O
Rodovia PR 466, km 24. Canjarana
Manoel Ribas – PR.
CNPJ: 23.274.194/0084-46
INSC. Estadual: 90538453-87

”

CLÁUSULA 5ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

No que não colidirem com o presente **Aditamento nº 01**, permanecem íntegras e válidas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº 8000011015 e Apostilamentos nº 01, 02 e 03 do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Ficam ratificados todos os atos já praticados anteriormente com base na presente alteração contratual.

Rio de Janeiro/RJ, .

FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO
PREDIAL EIRELI.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

ANEXO I – QUADRO DE VAGAS POR UNIDADE

Órgão	Localidade	Recepcionista I	Recepcionista II	Recepcionista III
GIC.E	Mogi das Cruzes	-	1	1
CTRS.O	Campinas	-	-	1
CSGF.G	Mogi das Cruzes	1	-	-
DSSP.G	Mogi das Cruzes	-	1	-
CSLS.G	Campinas	1	-	-
DRP.O	Manoel Ribas	1	-	-
DRL.O	Mogi das Cruzes	-	2	-
DRQ.O	Ibiúna	-	-	1
DOTM.O	Tijuco Preto	-	1	-
CSSP.G	Mogi das Cruzes	1	1	-
CSGC.G	Mogi das Cruzes	-	-	1
TOTAL		4	6	4